Ata da Audiência Pública da 3ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa da 24ª Legislatura da Câmara Municipal de Matias Barbosa, realizada aos doze dias do mês de abril de dois mil e vinte e três às dezoito horas e onze minutos, no Plenário Vereador Silvio Lopes da Silva Santos, sob a presidência do Vereador João Felipe da Silva e secretariado pelo Vereador Otávio Júlio Gonçalves Filho. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário que fizesse a chamada dos Senhores Vereadores. Verificando a existência de número regimental, com a presença dos Vereadores Anselmo Ítalo Leopoldino, José Carlos de Souza Paschoa, Julimar de Assis Souza, Leonel Geraldo dos Santos, Sônia Maria Vieira da Cunha Pinheiro e Weley Rodrigues da Silva. O Presidente declarou aberta a terceira Reunião Extraordinária. A seguir, a presidência convidou para dar entrada em plenário o Senhor Márcio Alexandre Cunha de Almeida, Presidente da Câmara Municipal de Simão Pereira. Prosseguindo, o Presidente disse: " A presente Audiência Pública foi solicitada por todos os Vereadores por meio do Requerimento nº. 02/2023 e convocada tendo a finalidade de debater os serviços prestados pela Paraibuna Transportes em nosso Município". O Secretário realizou a leitura do Requerimento nº.02/2023 – Audiência Pública Paraibuna Transportes de autoria de todos os Vereadores. O Senhor Presidente, prosseguindo, disse: " Informo aos presentes que a empresa Paraibuna Transportes encaminhou o Ofício nº.05/2023, o qual apresentou justificativas e esclarecimentos quanto à prestação do serviço. Posteriormente, por meio do Ofício nº. 06/2023, informou que não enviaria representantes. Reportou-se ao ofício anterior e comunicou que se dispunha a prestar esclarecimentos por escrito. Mesmo diante da comunicação prévia do não comparecimento; optamos por manter a audiência a fim de ouvir os inscritos, lavrar a ata da reunião e encaminhar ao Ministério Público para avaliação e providências. Importante explicar que a Câmara Municipal não tem competência para convocar a empresa ou puni-la, de tal forma, estamos trabalhando com todos os meios de que dispomos para auxiliar na solução dos problemas de transporte no Município e região. Comunico aos cidadãos que fizeram inscrição para o uso da palavra que terão dois minutos para sua exposição e a questão apresentada deverá tratar exclusivamente da prestação de serviço de transporte. Toda e qualquer manifestação deverá ocorrer no microfone localizado junto ao parapeito do plenário, pois a reunião está sendo transmitida ao vivo e a fala fora dessas condições não é captada". Ato contínuo, o Presidente solicitou ao secretário que fosse feita a leitura dos ofícios encaminhados pela Paraibuna Transportes. Dando início aos trabalhos, a presidência concedeu a palavra aos cidadãos inscritos. A primeira inscrita, Senhora Fabiana Reis da Silva, disse: " Boa noite a todos. Gostaria de dizer que a resposta da empresa Paraibuna é mentirosa, os usuários não têm a intenção de denegrir a imagem da empresa e sim que ela preste um

serviço de qualidade aos usuários. Porque o que está acontecendo é a falta de respeito que eles estão tratando a gente. Os constrangimentos que a gente tem passado por eles implantarem um sistema que eles não são capazes de oferecer. A gente tem crédito no "QR Code" e os servidores da Paraibuna impedem a gente de passar na roleta, sendo que a gente tem crédito. A gente passa pelo constrangimento e atrasa o ônibus. Sem contar que os ônibus são sujos e não cumprem horário. Acho que já deu para essa empresa e que está na hora de reunir vereadores, prefeito e fazer uma nova licitação. Porque se ela não tem condições de prestar um serviço de qualidade, a gente merece um serviço digno, porque nós pagamos muito caro por essa passagem. Então assim, tudo que ela disse aí é mentira. Ninguém está querendo denegrir a imagem e servidores dela, a gente só quer ser respeitado e ter os nossos direitos garantidos. Obrigada pela palavra. ". O Senhor Presidente concedeu a palavra ao segundo inscrito, Senhor Márcio Alexandre da Cunha, que disse: " Boa noite a todos. Em nome do João Felipe eu cumprimento todos os vereadores aqui presentes. O que eu tenho para falar é que eu moro em Cotegipe e a Paraibuna tem a concessão de dois municípios que é Simão Pereira aonde eu sou Vereador e Matias Barbosa. Sempre quando a gente reclama com o Toledo ele fala - Você é privilegiado, Cotegipe é que te mais horário de ônibus – e eu sempre respondo – Não, é o contrário. Você tem duas concessões que você tem que cobrir horário; de Matias Barbosa e de Simão Pereira, todos os dois tem que passar em Cotegipe. E a Paraibuna vem fazendo o que a moradora falou ali; desrespeitando os usuários. Ela troca o horário de ônibus, para o dia e horário que ela quer e não avisa ninguém. Eu falei com o Toledo - Toledo, quando você for trocar um horário de ônibus reúne a comunidade, reúne com prefeitos e vereadores, tenha diálogo. Não é vocês que trocam para a hora que vocês querem, a hora que vocês querem e do jeito que vocês querem. As pessoas são usuárias e pagam para andar no ônibus de vocês, então, vocês têm que respeitar os usuários também. Então tem que haver diálogo – e mais, a Paraibuna não tem respeito. Eu estou com um requerimento solicitando a cópia da concessão já tem mais de trinta dias e eles não respondem. E se você quiser, fica aí para anexar com os seus arquivos falando que eles não respondem a Câmara. Porque a gente precisa saber como que é essa concessão, qual a data que vai vencer essa concessão. Nós não sabemos de nada. Nós estamos discutindo sem arma para brigar. Quais horários foram fornecidos, quantos horários são? Então a gente tem que ter nossos documentos na mão, porque que eles não querem entregar os documentos. Será por quê? É documento sigiloso? Como que foi feito esse documento, como que é essa concessão. Quando eles pegaram a linha eles encheram de horários, foi só acho que para tomar a linha e fizeram essa pressão aí de disponibilizar os ônibus bons e novos. Mas agora, está uma bagunça isso aí. Eu já tive reclamação desse

novo sistema; eles pararam a viagem no meio do caminho e pediram a usuária para descer, porque o sistema não leu e ela que foi penalizada. O motorista parou e abriu a porta do ônibus e pediu para ela descer na metade do caminho e era de menor. Quando que você coloca um de menor no meio de uma rodovia? Como que pode uma coisa dessa " mandar descer"? A cobradora e o motorista mandaram descer, porque o sistema deles não leu. Se o sistema deles não leu o problema é deles de trocar o sistema. Porque se ela está com vale na mão ela entregava o vale e pronto. Então eu quero parabenizar esta Casa por ter convidado a gente e está levantando essa questão e a Câmara de Simão está à disposição. O que puder fazer para ajudar a gente está junto, muito obrigado. ". O Senhor Presidente concedeu a palavra ao próximo inscrito, Senhor Paulo Tadeu, que disse: " Boa noite, na presença do Presidente da Câmara eu cumprimento a todos os Vereadores. Só mesmo para contribuir; eu acho inadmissível uma empresa que tem um CNPJ dentro de Matias Barbosa, localizado no bairro Monte Alegre e não tem nenhum funcionário registrado nesse CNPJ. São todos registrados em Juiz de Fora, onde os trabalhadores estão perdendo um grande direito devido a Convenção Coletiva. A respeito dos horários; quando eu trabalhei na Frotanobre tinha ônibus de 30 em 30 minutos. Começava às 5 horas aqui em Matias e terminava às 23 horas aqui em Matias, hoje está totalmente reduzido. Uma vez na pandemia quando falou que foram reduzidos os ônibus eu peguei um ônibus de 12h15 aqui na lanchonete lotado em plena pandemia. Inclusive, até liguei para o Presidente da Câmara Anselmo Ítalo Leopoldino na época, pedi para fazer até uma fiscalização sobre esse horário que ele vinha lá de Belmiro Braga descia a BR-040 e fazia o 12h15 subindo para Juiz de Fora. Eu peguei em Matias e desci em Cedofeita devido a lotação que estava. Espero que tenha contribuído com alguma coisa. ". O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário que fizesse a leitura das mensagens recebidas pelo aplicativo WhatsApp. O Senhor Secretário leu a primeira mensagem recebida da Senhora Jicélia Aparecida S. Lomar, do bairro Nova Cidade, que disse: "Antes tinham os horários certos de pontos iniciais. Por que hoje não tem horários certos? Por que a empresa não coloca avisos dentro dos ônibus informando que haverá mudanças de horários? Por que a empresa ao invés de parar de fabricar os vales-transportes não adicionou o aplicativo e foi ajustando até o aplicativo estar apto a funcionar sem problemas? ". A seguir, foi lida a mensagem da Senhora Danielle Aparecia Gomes de Oliveira, do bairro Cedofeita, que disse: "Por que os horários de 16:00 e 16:15 serem via BR-040? Sou moradora de Cedofeita e não consigo ir no ônibus de 15:40 e depois só 16:30 via União Indústria. Sobre o horário também de 05:30 da manhã que teria que sair do Centro nesse horário e passar em Cedofeita às 05:45, porém está passando as 05:45 lotado e nós usuários de Cedofeita estamos indo em pé na roleta todos os dias. ". A seguir,

foi lida a mensagem da Senhora Patrícia da Silva Pereira, do bairro Vista Alegre, que disse: " Há 1 ano venho solicitando um ônibus de Juiz de Fora para Matias BR-040 no horário de 17:45h ou 18:00h, pois o último é 16:45 e depois só as 19:15, tem vários trabalhadores que voltam este horário e trabalham no Cascatinha, já enviamos até um abaixo-assinado. ". A seguir, O Senhor Presidente informou que os Vereadores poderiam fazer o uso da palavra pelo prazo de dois minutos e concedeu a palavra aos inscritos. O Vereador Leonel Geraldo dos Santos solicitou a palavra e disse: " Senhor Presidente, gostaria de agradecer a todos os presentes e que nos enviaram as mensagens e uma contribuição para que a gente consiga chegar a um denominador comum. Como Vossa Excelência disse; nós iremos encaminhar a ata desta reunião com os questionamentos para o Ministério Público para que sejam tomadas providências. Gostaria de frisar o desrespeito da empresa com as pessoas que aqui estão de não comparecerem a esta Audiência Pública. Um ato em que estaríamos discutindo a melhor prestação de serviços, todos que estão aqui estão indignados e não faríamos esta Audiência Pública se os problemas não existissem. E o que mais me chateia é ouvir desse ofício que a culpa é da população. Pelo que a Paraibuna falou a culpa do mal serviço é da população. Só faltou ela grifar isso aí. Uma vergonha o que ela vem fazendo com a população, mas sabemos que ela se ressalva e se resguarda na concessão. A concessão, ela é estadual, então, o governo do Estado que tem essa competência de fiscalização por parte do DER/MG e seus órgãos que também deveriam estar presentes nessa audiência para tentarmos uma solução. Mas infelizmente, mais uma vez, desrespeitando não só esta Casa e a população de Matias, não se fazem presentes. Então eu gostaria que frisasse nesta ata o desrespeito da empresa com a população de pelo menos ouvir os questionamentos para que chegássemos a um denominador comum. Obrigado. ". O Vereador Anselmo Ítalo Leopoldino disse: " Pela ordem, Senhor Presidente. Senhor Presidente, quero também cumprimentar a população presente e o Presidente da Câmara de Simão Pereira, o Senhor Macio. E também, o representando do sindicato, ex-presidente e atual tesoureiro do Sindicato dos Rodoviários de Juiz de Fora, Paulo Tadeu. É o seguinte, primeiro eu queria dizer que desde 2021 nós não estamos sendo ouvidos e nós estamos cobrando. Inclusive, a empresa já teve a oportunidade de estar reunida aqui conosco e prometeu algumas melhorias, mas as melhorias nunca chegaram. E da pandemia para cá só teve piora no serviço, principalmente, depois que implantaram esse péssimo serviço do "QR Code", o qual, os usuários passam constrangimentos conforme foi relatado. Porque eles têm crédito e muitas vezes a maquininha não lê e acaba surgindo uma situação entre o trabalhador e o cobrador; porque ele também tem que cobrar a passagem, senão ele tem que descontar do próprio salário (tem aqui até duas ex-funcionárias que não me deixam mentir) e lamentavelmente a empresa, porque a pior coisa de

tudo é a falta de compromisso da empresa com vocês, com a gente e com o poder público. Eles poderiam estar aqui prestando explicações, fazendo uma reunião administrativa, traçando um plano de meta a curto prazo com os investimentos que a empresa poderia fazer. Mas eles preferem mandar esse triste ofício ofendendo os trabalhadores, colocando a culpa neles pela má prestação de serviços e colocando as pessoas que supostamente vendiam o vale-transporte como bandidos e como criminosos. E na verdade, a venda do vale-transporte não traz prejuízo nenhum para a Paraibuna do jeito que é. A Paraibuna já recebeu os vales, muito pelo contrário, ela tinha já a liquidez dos vales recebidos. Então o " QR Code" é mais uma manobra para que eles tenham mais dinheiro, porque a partir do momento que você é empregador e compra determinado número de passagens e o funcionário não usa, aquele dinheiro já está no cofre da empresa. Vocês concordam comigo? E outra coisa também; esse sistema "QR Code", que eu saiba, só existe na Paraibuna, porque em Juiz de Fora o sistema de transporte público é cartão que é muito mais prático e é viável, recarregável. É muito mais prático e até dá para emprestar para um familiar se a pessoa já pagou a passagem. Então a gente vê que é para dificultar a vida do cidadão Matiense e nossos amigos de Simão Pereira. Nem todo mundo tem acesso a um celular para ter acesso a um "QR Code" - ah, mas coloca em um papel - mas e se a pessoa perder o papel? A gente está falando de uma cidade pequena e que a grande maioria que utiliza o transporte público são trabalhadoras e assalariadas. Então assim, fica aqui uma indignação nossa, por isso, nós precisávamos registrar e fazer a audiência para o Presidente da Casa enviar ao Ministério Público e subsidiar numa possível - se o Promotor achar pertinente - Ação Civil Pública pela má qualidade da prestação de serviço. Porque nós Vereadores - não nos isentando - mas nós não temos condições de juridicamente agir sozinhos contra empresa. Porque o contrato é do Estado com a empresa, mas nós também não vamos fazer nossa omissão e deixar de fazer o que tem que ser feito quanto representantes da população que é ouvir a população e trazer a população para o debate que é o que o Presidente e nós fizemos aqui aprovando este requerimento. Eu quero falar também que vários funcionários foram desligados da empresa e outros punidos da última vez que fizeram cortes na empresa, porque estes funcionários questionaram este sistema falido que a empresa instalou aqui na cidade para prejudicar os cidadãos que utilizam o transporte. E hoje a prova está aí, são criminalizados. A empresa não tem a capacidade de olhar para o funcionário dela com dignidade. Colocando eles como bandidos e como culpados pela má prestação. E esta Casa buscou, antes de fazer essa Audiência Pública, contato com eles e fazer um acordo no sentido de eles melhorarem o sistema. Importante também essa fala do Tadeu, o representante do Sindicato; porque é uma empresa que tem vários carros, tem uma garagem aqui na cidade e

que não tem um funcionário registrado no CNPJ da filial de Matias Barbosa. Mas isso a gente sabe né Tadeu, que tem um único objetivo que é pagar o menor salário possível para os trabalhadores e não conceder plano de saúde que a Convenção Coletiva que abrange Matias Barbosa dá direito aos trabalhadores. Enfim, a empresa tenta de todas as custas e formas ganhar nas costas do usuário. Ela reduz o horário, ela mantém o carro sujo com péssimas condições de tráfego. Quando a empresa iniciou os trabalhos aqui até bombom nos bancos foi dado no primeiro dia de trabalho da empresa, não sei se vocês se recordam disso. Tinha bombom e ar-condicionado e hoje você anda com vômito ou outras situações mais que passa constrangimento. Igual o Márcio falou, a gente precisa do contrato para ver o que a empresa está deixando de cumprir, isso é legal e eu tenho certeza que a Casa vai estar tomando as providências. E juntos, Márcio, as duas Câmaras que representam a voz da população, lutar pela melhoria da qualidade. A Paraibuna chegou a um ponto que a prestação de serviços está pior que a Frotanobre quando estava quebrando e que os trabalhadores não recebiam salário, né Tadeu. É uma empresa que, além disso tudo, ela ainda atrapalha nosso transporte urbano municipal. Por que que ela atrapalha? A empresa Fernando Turismo ela faz o transporte municipal, essa sim a gente tem competência para brigar e o Prefeito ir e acionar a empresa e multar ou até rescindir o contrato. Mas essa empresa, na questão da Ponte do Zamba - é até melhor para todo mundo ficar sabendo - ela foi a empresa que entrou na justiça para que o DER/MG apagasse a faixa para que o ônibus da Fernando Turismo fizesse o transbordo dos idosos e deficientes lá naquele local e infelizmente essa empresa conseguiu ganhar. Essa empresa instalou a garagem lá no bairro Monte Alegre - não que eu seja contra, eu sou a favor, porque se o trabalhador chega cansado ela leva ele no ônibus até o Monte Alegre é melhor do que ele descer no Centro – mas isso também que ela faz de forma desproporcional, de certa forma, ela enfraquece a empresa Municipal que só carrega pessoas na sua grande maioria não pagantes, ela aumenta o custo da empresa, ela quer inviabilizar o transporte público até dentro da cidade. Então assim, e não têm uma ação social. Qual ação social que a Paraibuna ajudou o Instituto Padre Antônio, ajudou o asilo ou uma instituição sem fins lucrativos? Ela não tem nenhuma, é zero. E a falta de respeito está documentada, lamentavelmente. Quero parabenizar a esta Casa por fazer esta audiência. E dizer que a gente vai acompanhar e vai cobrar do DER/MG também, porque parece que tem, a meu ver, uma complacência do representante que caberia a ele fiscalizar. Porque quando ele vai fazer fiscalização para pegar "Uber" que eles falam que é clandestino e para arrebentar o trabalhador; eles fazem combinando com a Paraibuna que a gente sabe, todo mundo sabe. Mas quando é para fazer ações pontuais de fiscalização contra a empresa que tem um péssimo serviço, é uma gatinha e não faz nada e se comporta de forma isenta e imparcial.

Então a gente está aqui, né Leonel, para deixar registrado essa indignação e para ouvir vocês que utilizam diariamente – eu não utilizo diariamente, mas às vezes eu utilizo o transporte – e dizer que; é muito prejudicial para a cidade o serviço dela. Começando pelo serviço da gratuidade que são só dois idosos que têm direito, apesar disto estar na Lei. Mas a se a gente for olhar para empresa Viação Fernando é a que leva a maioria dos idosos que chegam lá na Ponte do Zamba e passa por todo esse constrangimento. A gente está falando de modal de transporte é importante dizer isso. A gente precisa do Sindicato também judicializando contra a empresa por essa ilegalidade que é uma forma de burlar a lei para trazer prejuízos aos trabalhadores. E que a população cobre, porque o que falta na Paraibuna é só fazer uma rebelião e parar a empresa. Porque se ela não vem prestar esclarecimento à população, demonstra que ela não tem nenhum respeito com ninguém. E esse sistema, é a gente tentar no Ministério Público para ver se a gente consegue acabar com ele, que seja implantado outro. Boa tarde, Senhor Presidente. ". A seguir, a palavra foi dada ao Senhor Leonel Geraldo dos Santos que disse: " Senhor Presidente, vou usar o meu tempo para esclarecer a pergunta que eu consegui ouvir do Senhor José Alberto. A questão da concessão, Senhor José Alberto e demais, ela é estadual e feita pelo Estado. Inclusive eu e o Vereador Anselmo estivemos em Belo Horizonte representando a Câmara para tratar de assuntos e dentre eles estes assuntos também. E o Sr. precisa ver como fomos recebidos; ficamos 40 minutos numa antessala aguardando atendimento e quem veio falar conosco foi o assessor do assessor. Nos trataram com o maior desdém, porque sabem que a concessão desta linha é estadual. Ou seja, para eles não deviam nenhuma obrigação para o Poder Municipal. Fomos lá e tentamos conversar dentre os assuntos o da Fernando Turismo que era viabilizar o desembarque de passageiros na Ponte do Zamba; inclusive pegamos foto via satélite que a divisa do Município não é feita pela ponte, então isso era totalmente possível e era só fazer um tracejado na rodovia que o ônibus poderia fazer a conversão e isso nos foi dito que seria viabilizado. Mas até hoje ninguém nos deu uma resposta. Então assim, só para ver como que é tratado o Município perante o órgão do Estado eles não dão a mínima para gente. Então, respondendo a sua pergunta, essa questão ela é estadual e como o Vereador Anselmo disse; a questão da Fernando Turismo sim ela é municipal e a gente consegue juntamente com o Prefeito uma solução mais rápida, modificação da concessão, enfim, mas neste caso não. Aproveitando este espaço para não só responder a sua pergunta, nós estivemos em BH para representar os munícipes, mas fomos tratados com o maior desdém pelos funcionários do DER/MG, então assim, da dificuldade que nós temos em tentar solucionar este problema, como foi dito. Não nos eximimos das nossas responsabilidades, vamos formalizar um documento bem robusto e encaminhar para o Ministério Público e continuar,

dentro do possível, a fazer as cobranças pertinentes. Não só neste serviço; mas como fizemos com a Cemig na semana passada, teve entrevista com a Copasa, a gente está fazendo o que está ao nosso alcance. Obrigado, Senhor Presidente. ". O Vereador Julimar de Assis Souza solicitou a palavra e disse: "Gostaria de agradecer a presença de todos, um boa noite. Senhor Presidente, em relação a essa questão eu também acho uma falta de respeito diante de uma empresa que poderia estar aqui discutindo esse problema da nossa cidade. Todos relataram a questão do valor alto que se paga por uma passagem e eu uma prestação de serviço de uma péssima qualidade. Em relação ao que o Vereador Márcio falou do contrato, quando nós solicitamos a Audiência e fizemos o Requerimento, nós solicitamos que fosse enviado um ofício ao DER/MG solicitando a cópia deste contrato que a gente tem que ter a cópia deste contrato para ver o que tem ali. A gente não tem a cópia deste contrato, o Município até onde eu saiba não tem a cópia deste contrato e é fundamental que esta cópia esteja no nosso alcance. E parece que não obteve resposta, não foi enviado também apara esta Casa, né Camila. ". A Diretora da Câmara Municipal, Camila Leite de Almeida, esclareceu que o DER/MG informou que o Ofício e solicitação deveriam ser enviados à Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade o que foi feito e sem obter resposta. O Vereador Julimar continuou e disse: " Nós tivemos esse cuidado de solicitar essa cópia para gente ver o que realmente está trazendo este contrato. Falta de reunião administrativa não foi, o Vereador Anselmo citou ali, nós fizemos várias reuniões cobrando horário, valor da passagem - uma vez que eles aumentaram muito e depois abaixaram – então, não foi falta de reunião administrativa, foi feito sim. Só que este momento é importante para gente ouvir a população e esta Casa tome providências para isso e encaminhe, Senhor Presidente, a cópia desta ata para o Ministério Público que ele sim tem competência para instalar uma Ação Civil Pública, se for o caso e se for do entendimento dele. Mas o que o Leonel falou em relação ao desdém, quando foi no DER/MG como a concessão é estadual, eu acho que esta Casa de posse desse relatório, dessa ata dessa Audiência, acionar os nossos Deputados representantes da cidade e que foram votados na cidade e que eles acionem sim o DER/MG e cobrem uma posição dessa empresa, porque primeiro não vem e manda um ofício dessa forma aí. E assim, a gente fica revoltado com a falta de interesse da empresa. Mas eu não poderia deixar de registrar aqui a falta de um representante do Executivo, a falta do DER que foi convidado também, não tem ninguém aqui. O problema não é só nosso, dos Vereadores e da população não. Eu entendo que teria que ter aqui u representante do Executivo, o representante do DER que foi convidado para Audiência Pública porque o problema é de todo mundo. Tem que unir força para tentar solucionar isso aí. Gostaria de deixar registrado também que nós vimos que estamos com três empresas na cidade que estão desenvolvendo e

prestando um serviço de péssima qualidade; COPASA, Cemig e Paraibuna. Então assim, esta Casa está debruçada em debater e tentar solucionar esses problemas fazendo essas Audiências Públicas e que seja encaminhado ao Ministério Público que ele sim tem competência de instaurar uma Ação Civil Pública se bem entender. Esse é o meu posicionamento e gostaria de deixar registrado. ". O Senhor Márcio Alexandre Cunha de Almeida, Presidente da Câmara Municipal de Simão Pereira, solicitou a palavra e disse: " Foi solicitado lá na SEINFRA no dia 24 de janeiro a cópia do contrato, o Deputado Zé Guilherme protocolou, o ofício está aqui. Está protocolado desde o dia 24 de janeiro lá na SEINFRA que é a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais e até agora nem para o Deputado foi enviado o documento. Eu atravessei um ofício para o Zé Guilherme como presidente solicitando que ele enviasse o ofício. Desde o dia 24 de janeiro até hoje nós não conseguimos documento nenhum. ". O Senhor Presidente João Felipe da Silva disse: " Para esclarecer, nós mandamos para SEINFRA também pedindo a cópia do contrato e o Zé Guilherme e como apoiador dele, ele e Diego que não pode estar presente hoje, também mandaram um ofício solicitando que pelo menos um encontro fosse marcado para a gente poder debater lá, discutir com eles. Como a gente também está fazendo, o Márcio da Câmara de Simão Pereira chamou para reunir os Presidentes e fazer um encontro e conseguir marcar um encontro lá. Como também aqui em Matias, vou estender o convite ao Márcio, nós vamos na ARSAE-MG porque vai ter audiencia da COPASA, a gente vai lá adiantar. Sei que está da audiência da Paraibuna, mas é para deixar adiantado. E a Paraibuna, a grande falta de respeito não tenho nem muito o que falar, a maior falta de respeito foi a de não ter vindo. Também não só ela, como o representante do Poder Público da Prefeitura o DER/MG foi convidado e oficiado e também não veio e nem respondeu. A Paraibuna respondeu, mas ficou mais feio ainda porque não veio.". Não havendo mais nada a se tratar, o Presidente solicitou ao Secretário que fizesse a chamada final dos Senhores Vereadores e declarou encerrada a presente audiência pública às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos à qual estiveram presentes os Vereadores que assinaram o livro de presença. Para constar, eu, Mariana Marciano, redatora, lavrei a presente ata que vai devidamente assinada. Matias Barbosa, aos doze dias do mês de abril de dois mil e vinte e três.

Ata da 15ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 24ª Legislatura Câmara Municipal de Matias Barbosa, realizada aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às dezessete horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Vereador Sílvio Lopes da Silva Santos, sob a presidência do Vereador João Felipe da Silva e secretariado pelo Vereador Otávio Júlio Gonçalves Filho. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário que fizesse a chamada dos Senhores Vereadores. Verificando a existência de número regimental, com a presença dos Vereadores Anselmo Ítalo Leopoldino, Diego Damasceno Milioni, José Carlos de Souza Paschoa, Julimar de Assis Souza, Leonel Geraldo dos Santos, Sônia Maria Vieira da Cunha Pinheiro e Weley Rodrigues da Silva. O Senhor Presidente declarou aberta a décima quinta reunião ordinária. A seguir, foi colocada em votação a ata da 13ª reunião ordinária ocorrida aos dois dias do mês de maio do ano corrente; aprovada por unanimidade em única discussão e votação. A presidência solicitou ao Senhor Secretário que procedesse com a leitura das correspondências recebidas e expedidas. A seguir, a presidência solicitou ao Senhor Secretário que fizesse a leitura dos Pareceres de Redação Final da Comissão de Legislação, Justiça e Redação na Proposição de Lei nº.13/2023 que "Dispõe sobre a criação de verba indenizatória para os médicos lotados no Programa Saúde da Família e dá outras providências. "; e na Proposição de Resolução nº.03/2023 que "Cria a Procuradoria Especial da Mulher o âmbito da Câmara Municipal de Matias Barbosa e dá outras providências. ". O Senhor Presidente concedeu a palavra livre para apresentação de proposições sem discussão. Dando início a Ordem do Dia, o Senhor Presidente colocou em votação Proposição de Lei nº.13/2023 que "Dispõe sobre a criação de verba indenizatória para os médicos lotados no Programa Saúde da Família e dá outras providências. "; e a Proposição de Resolução nº.03/2023 que "Cria a Procuradoria Especial da Mulher o âmbito da Câmara Municipal de Matias Barbosa e dá outras providências. ", aprovadas por unanimidade em segunda discussão e votação. O Senhor Presidente solicitou que os Senhores Vereadores se colocassem de pé e disse: " Em conformidade ao disposto na alínea g do inciso sete do artigo 15 do regimento interno, promulgo a resolução nº.418, de 16 de maio de 2023 que "Cria a Procuradoria Especial da Mulher o âmbito da Câmara Municipal de Matias Barbosa e dá outras providências. " A seguir, a presidência concedeu a palavra aos oradores inscritos. Não havendo oradores inscritos e nada mais a se tratar a presidência solicitou ao Senhor Secretário que fizesse a chamada final e declarou encerrada a presente reunião às dezessete horas e cinquenta e dois minutos, na qual estiveram presentes os Vereadores que assinaram o livro de presença. Para constar, eu, Mariana Marciano, redatora, lavrei a presente ata que vai devidamente assinada. Matias Barbosa, aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e vinte e três.